

Atração Do Mundo

Silviano Santiago

POLÍTICAS DE IDENTIDADE E DE GLOBALIZAÇÃO NA MODERNA CULTURA BRASILEIRA

No último ano do século XIX, o monarquista Joaquim Nabuco publica em livro, sob o título de Minha Formação, os artigos autobiográficos que vinha escrevendo de 1893 a 1899. Desse livro salientaremos o belo capítulo "Atração do mundo", em que o autor exprime de maneira corajosa a grande síntese a que Antônio Cândido, meio século depois, ainda se referiria como a definidora da literatura brasileira: a síntese de tendências particularistas e universalistas. Pela escrita memorialista, a riqueza exploratória de Minha Formação não só resume o primeiro século da autonomia nacional, como também, precursora, aponta para os dilemas complexos da nação brasileira no século XX e os ilumina.

Naquele momento forte da nacionalidade, quando o Imperador era expulso e a Republica brasileira proclamada pelos militares jacobinos, as memórias de Nabuco pontuavam as contradições políticas da década anterior e, ao mesmo tempo, optavam pela indispensável e enriquecedora abertura para o mundo, expressa em passado recente pelo regime monárquico e o seu maior feito político-social, a Abolição da Escravidura. Por outro lado, duas décadas antes da explosão vanguardista dos anos 20, as memórias fundamentariam e regeriam o futuro dilaceramento entre nacionalismo e cosmopolitismo, que seria proporcionado pelo choque modernista: de um lado, os ideólogos do grupo Anta e, do outro, os do grupo Antropofagia, para ficar apenas com um exemplo deste nosso século, em que guerras e autoritarismos de colorido variado adiariam para as décadas finais a luta pela democracia nos países periféricos.

A leitura desse capítulo de Minha Formação poderá servir para estabelecer algo mais do que a permanência das idéias de Nabuco nas gerações que o sucederam: servira para caracterizar a face de dois gumes do cânone etnocêntrico que circunscreve o pensar das coisas culturais brasileiras nos dois séculos, ou pelo menos até a recente década dos 60.

"Atração do mundo" deve ser lido de duas maneiras.

Primeiro, pelo jogo das oposições entre nacional e universal que alicerça o texto e, em seguida, estabelecidas as oposições, pela preferência que o sujeito designa como a sua e que seria, portanto, a correia para os dirigentes do país.

No primeiro caso, a leitura tentaria apreender o modo como o texto - através de pares conceituais complementares e, ao mesmo tempo, excludentes - estabelece as reações da elite política brasileira aos apelos da nacionalidade e do cosmopolitismo. No segundo caso, fica patente a escolha (ou a preferência política) entre os opostos. Esta frase do capítulo, por exemplo, exprime de maneira definitiva a opção de Nabuco, ao mesmo tempo em que, pela cauda, enuncia premonitariamente a eleição da modernidade européia e a primazia dos meios de comunicação tecnológicos em país periférico: "Sou antes um espectador do meu século do que do meu país; a peça é para miro a civilização, e se está representando em todos os teatros da humanidade, ligados pelo telégrafo (grifo nosso)." É nítido o sentido único da preferência: melhor se conhece e se governa a nação brasileira, deixando a inteligência dos seus dirigentes ausentar-se, ou seja, recebendo pelo telégrafo a informação sobre o século lá fora e sobre o modo como está sendo governado.

O já referido Antônio Cândido, nos anos 50, não recomendaria método distinto (em lugar de mensagens telegráficas vindas dos países hegemônicos, os livros tradicionais) para se avaliar corretamente a um tanto capenga literatura brasileira. Depois de caracterizar a nossa literatura como galho secundário da portuguesa que, por sua vez, é arbusto de segunda ordem no jardim das Musas, acrescenta: "Os que nutrem apenas delas são reconhecíveis à primeira vista, mesmo quando eruditos e inteligentes, pelo gosto provinciano e a falta de senso de proporções.

Estamos fadados, pois, a depender da experiência de outras letras, o que pode levar ao desinteresse e até mesmo ao menoscabo das nossas".

Esse duplo movimento - interesse por uma literatura menor a ser balizado e calibrado pelo interesse abrangente por literaturas maiores - funda a necessidades de um método comparatista para a análise da nossa produção e já está arqueologicamente presente, segundo Cândido, nos momentos da formação da literatura brasileira. No século XVIII, quando isso ocorre, os nossos escritores tanto são atraídos pela estética neoclássica, beneficiando-se da concepção universal, do rigor da forma e da contenção emocional, quanto pelo ideal da ilustração, que contribuiu para incutir e acentuar a vocação aplicada deles, transformando-os em verdadeiros delegados da realidade junto à literatura.

Uma terceira e mais sutil leitura desse capítulo de Minha Formação seria indispensável para melhor se compreender o lugar e o papel do sujeito. O texto das viagens de um brasileiro ao exterior apresenta um excesso de metáforas tomadas de empréstimo à representação teatral, metáforas que devem ser interpretadas no contexto das duas leituras anteriores. Devido às suas preferências políticas, o sujeito não chega a ser ator, sempre será "espectador" de múltiplos dramas em "todos os teatros da humanidade": quando sentado na platéia européia, o drama vai se desenrolar aqui na periferia brasileira; quando sentado na platéia brasileira, a peça vai se desenrolar lá no centro europeu. Dizem as memórias: "De um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país."

A questão do poder (dos "donos do poder") e da cultura brasileira se anuncia de maneira extraordinária pela dupla brecha da ausência e se reconforta, como um motor que se reconforta, ao receber nova carga de combustível, com a dupla e triste sensação de saudade. Para explicar como o sujeito brasileiro se acopla ao cidadão do mundo, e vice-versa, Nabuco retoma da tradição cultural luso-brasileira a sensação de saudade e a reafirma no plano do privado e do público. Nesse sentido, saudade remete tanto para os clássicos portugueses, que tanto aprecia, quanto para os textos mais recentes do Romantismo brasileiro.

A poesia Pau-Brasil, escrita por ocasião da descoberta anacrônica do Brasil em 1923, não se encaminha de modo diferente para o papel. Em prefácio ao livro de poemas, afirma Paulo Prado: "Oswald de Andrade, numa viagem a Paris, do alto de um atelier da Place CUchy - umbigo do mundo - descobriu, deslumbrado, a sua própria terra. A volta à pátria confirmou (...) a revelação surpreendente que o Brasil existia". Como diz o poema de Drummond, em contexto ligeiramente diferente: "E a gente viajando na pátria sente saudades da pátria", já que "No elevador penso na roça/na roça penso no elevador".

No texto de Nabuco, o desconforto político do sujeito, antes de ser ideológico, é nitidamente pessoal e cultural e, por isso, mais próximo politicamente das atuais gerações. Ao anunciar a crise do sujeito, o texto anuncia a crise das representações no Ocidente (esta palavra aparece, no texto de Nabuco, em sentido eurocêntrico): "o espírito humano, que é um só e terrivelmente centralista, está do outro lado do Atlântico"). Ao se internacionalizar mais e mais, o kádente contempla o fim dos colonialismos e a emergência dos nacionalismos e dos novos subordinados étnicos. O telégrafo em tempos de Nabuco, o rádio e o cinema em impôs modernistas, a televisão e o vídeo ontem, a internet hoje, oferecem o palco virtual do qual necessariamente se distancia do espectador por elegê-lo, cá e lá, como incapaz de ser trabalhado sem mediações pelas mãos, embora esteja perto dos olhos, da imaginação e da inteligência.

A ação política será sempre preterida em favor da curiosidade intelectual; o sedentarismo, em favor da circulação; a segurança, em favor da instabilidade... Entre os pares complementares, a oposição mais abrangente extrapola os limites da preferência confessada para se apresentar de maneira visual no texto: é o contraste entre a letra maiúscula e a minúscula. Para Nabuco, existem a Política e a política. A primeira, com P maiúsculo, se confunde com a História, história da civilização ocidental, devidamente orientada, por sua vez, pelos dois pilares universalistas da colonização portuguesa nos trópicos: as letras e a religião católica. A segunda, com p minúsculo, é a política "local, a do país, a dos partidos". Nabuco confessa a preferência e, ao mesmo tempo, a sua dupla incapacidade por não ter chegado a bem exercer a política minúscula: "não só um mundo de coisas me parece superior a ela, como também minha curiosidade, o meu interesse, vai sempre para o ponto onde a ação do drama contemporâneo universal é mais complicada ou mais intensa."

Através da enumeração e análise dos pares conceituais excludentes e das preferências pessoais adiantadas pelo sujeito, não é difícil definir uma política universalista em Nabuco. Se o "sentimento" elege a cena brasileira como privilegiada é para logo em seguida destroná-la, já que ela é, por si só, apenas capaz de proporcionar ao "espectador" dor e prazer domésticos. O que fascina o "coração" não ilude a cabeça, e, por isso, o "grande espetáculo" do mundo, entrevisto em viagem ou recebido aqui pelo telégrafo, é o que "prende e domina a inteligência". A nação brasileira (à semelhança do negro) conhece o seu lugar, como se diz vulgarmente, ao mesmo tempo em que o coração é desvalorizado como lugar das emoções políticas. O texto exemplifica: "(...) em 1870, o meu maior interesse não está na política do Brasil, está em Sedan. No começo de 1871, não está na formação do gabinete Rio Branco, está no incêndio de Paris (-)", e assim por diante.

Em política, a "lei do coração" só é forte e dominante no momento em que a razão é desclassificada pela idade avançada ou pela infelicidade da pátria: "cada vez sou mais servo da gleba brasileira, por essa lei singular do cora ção que prende o homem à pátria com tanto mais força quanto mais infeliz ela é e quanto maiores são os riscos e incertezas que ele mesmo corre". Corpo velho e uma pátria republicana dominada por militares jacobinos são dignos de piedade, daí o sentimentalismo do velho narrador. No ardoar da juventude e nos anos de maturidade do personagem, diz o texto, a situação era diversa: "no meio do luxo dos teatros, da moda, da política (européias), somos (os americanos) sempre squatters, como se estivéssemos ainda derrubando a mata virgem".

A política de identidade no texto de Nabuco não segue o caminho de volta às raízes da brasilidade tal como aberto pelos românticos brasileiros; desvia-se desse por curso em busca de outras, mais profundas, esclarecedoras e duradouras raízes. Tem sido chamada a atenção para o movimento cronológico às avessas dos textos indianistas de Alencar. O primeiro deles, O Guarani (1855), define os novos "senhores da tenra" ao descrever a luta inglória dos índios contra os invasores portugueses nos primeiros séculos da colonização; o segundo, Iracema (1865), dramatiza alegoricamente o primeiro encontro entre as raças por ocasião do descobrimento; e o terceiro, Ubirajara (1882), se adentra pela épopa pré-cabralina em busca da pureza indígena. Eis aí o que o espectador Nabuco diria ser o exemplo infeliz de espectador doméstico cuja "curiosidade (se reduz mais e mais) a um campo visual restrito". Sofreria José de Alencar diria ainda Nabuco, de "uma espécie de oclusão das pálpebras".

A identidade histórica de novas nações, como as americanas, não se encontra ali onde esperam encontrar-la os nacionalismos estreitos, isto é, os políticos com o minúsculo e seus defensores. Ela está fora do tempo histórico nacional e fora do espaço pátrio, por isso o seu lugar é a "ausência". A história das jovens nações, quando o mundo as trata, é necessariamente lacunar e eurocêntrica. Esta longa passagem do texto passa a ser significativa pelo modo como a política de identidade para a jovem nação é neutralizada e desviada em direção aos valores europeu da colonização: "Nós, brasileiros - o mesmo pode-se dizer dos outros povos americanos - pertencemos à América pelo sedimento novo, flutuante, do nosso espírito, e à Europa, por suas camadas estratificadas. Desde que temos a menor cultura, começa o predomínio destas sobre aquele.

A nossa imaginação não pode deixar de ser européia, isto é, de ser humana; ela não pára na Primeira Missa do Brasil, para continuar daí recomendo as tradições dos selvagens que guarnecem as nossas praias no momento da descoberta; segue pelas civilizações todas da humanidade como a dos europeus, com quem temos o mesmo fundo comum de língua, religião, arte, direito e poesia, os mesmos séculos de civilização acumulada, e, portanto, desde que haja um raio de cultura, a mesma imaginação histórica".

Em carta a Carlos Drummond, provavelmente de 1925, Mário de Andrade ressenste essa insatisfação geológica na prospeção do solo brasileiro, razão do sentimento de inferioridade americana no pensamento de Nabuco (Mário reage a dizeres de Drummond, leitor de Anatole France, que lhe falara da "tragédia de Nabuco, que todos sofremos(2)). De maneira bem humorada, começa por propor a l Carlos Drummond que considere a "tragédia de Nabuco" como par para a doença tropical transmitida pelos insetos conhecidos como barbeiros e que leva o nome do cientista que a descobriu, a doença de Chagas. A dita tragédia de Nabuco nada mais seria do que uma outra doença tropical, transmitida aos jovens pelo bacilo das ninfas européias. Escreve Mário ao jovem poeta mineiro: "o Dr. Chagas descobriu que grassava no país uma doença que foi chamada de moléstia de Chagas. Eu descobri outra doença mais grave, de que todos estamos infectados: a moléstia de Nabuco". Em outro texto do mesmo ano, define: "Moléstia de Nabuco é isso de vocês (brasileiros) andarem sentindo saudade do cais do Sena em plena Quinta da Boa Vista e é isso de você falar dum jeito e escrever covardemente colocando o pronome carolinmachielsmente. Estilize a sua fala, sinta a Quinta da Boa Vista pelo que é e foi e estará curado da moléstia de Nabuco". E logo a seguir complementa: "Nós já temos um passado guassu e bonito pesando em nossos gestos, o que carece é conquistar a consciência desse peso, sistematizá-lo e tradicionalizá-lo, isto é, referi-lo ao presente."

Na década de 20, salienta-se que a superioridade da Europa, quando reconhecida e mimetizada pelo intelectual brasileiro, levava-o a encarar a coisa brasileira por dois pólos opostos, também complementares: de um lado, idealizava-se o autóctone como puro e indomável (o índio e a paisagem, por exemplo) e, de outro lado, recalcaava-se o que era produto do processo sócio-histórico de aclimatação da Europa nos trópicos (o mulato e a arte de Aleijadinho, por exemplo). Com olhos livres, o modernista rechaça idealização e recalque, para adotar como estratégia estética e economia política a inversão dos valores hierárquicos estabelecidos pelo cânone eurocêntrico. Resume Antônio Cândido, agora em texto dos anos 70: "As nossas deficiências, supostas ou reais, são reinterpretadas como superioridades". E acrescenta: "O mulato e o negro são definitivamente incorporados como temas de estudo, inspiração, exemplo. O primitivismo é agora fonte de beleza e não mais empecilho à elaboração da cultura".

Essa estratégia e economia de pensamento, necessariamente periférica, ambivalente e precária, tanto aponta para o resgate do nacional quanto para o vínculo com o universal; no entanto, ao inverter os valores em jogo, visa a valorizar (estrategicamente, repito) o objeto periférico que, na história e nas ciências européias, é de antemão desclassificado ou marginalizado. A estratégia estética e a economia política do primeiro Modernismo não podem ser desvinculadas do surgimento e apegue da ciência européia, que "acolhe no seu discurso as premissas do etnocentrismo no próprio momento em que o denuncia": a etnologia. Segundo Jacques Derrida, responsável também pela citação anterior, a etnologia "só teve condições para nascer no momento em que se operou um descentramento: no momento em que a cultura européia (...) foi deslocada, expulsa do seu lugar, deixando então de ser considerada como a cultura de referência".

Ainda nesse sentido, depois da experiência modernista, não se pode aceitar, sem retoques desconstrutores, os conceitos básicos da literatura comparada tradicional que, em fonte e influência, em original e cópia, reproduzia o modelo eurocêntrico de metrópole e colônia, de centro e periferia.

O escritor dos anos 30, ao menosprezar a interpretação dos modernistas como cultural e ao fazer intervir a análise econômica de inspiração marxista na compreensão da nossa história na História, retoma o caminho de uma política universalista radical e esteticamente centrada pelo materialismo histórico. A essa análise recorre ele tanto para a avaliação do passado nacional quanto para explicar o ideário utópico que deve dar um fim à injustiça econômica e social. Caio Prado Jr. escreve em 1942: "Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. (...). E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse de aquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira".

A cultura deixa de ser fermento inaugural do multiculturalismo, a serviço da especulação política e da subversão ideológica, passa a vir atrelada à crítica da estrutura econômica da sociedade, que, ao se impor como teológica, reprime a imaginação do escritor e, ao mesmo tempo, agudeza e redireciona o seu olhar para a miserável realidade brasileira. Afirma Cândido que, na literatura dos anos 30, "é marcante a preponderância do problema sobre o personagem". Eis aí, acrescenta ele, o motivo para a força e a fraqueza dessa literatura. Coube ao escritor de então explorar de maneira rápida e compulsiva as brechas da teoria econômica antes que elas se deixassem congelar pelo sentido da verdade política inquestionável.

À semelhança de Joaquim Nabuco, o escritor brasileiro dos anos 30 é de novo espectador, não de variadas peças que se passam em todos os teatros do mundo, mas de uma única peça, que, dependendo do palco nacional em que transcorrer a ação, adquire revoluções diferenciais meramente adjetivas. Ao contrário de Nabuco, o escritor disseca, pelo viés da cambiantes proletária, o poder oligárquico (e as elites intelectuais que ele constituiu) para conseguir enxergar o modo como a violência oligárquica regeu, rege e regera as relações de classe no país.

Nos anos 30, uma verdadeira e sólida política de identidade nacional só é possível caso esta seja, contraditoriamente, abandonada em favor de uma política marxista (que, por seu turno, meteria no mesmo saco da ideologia, para redirecioná-los corretamente, os nacionalismos latino-americanos e as forças nacionalistas emergentes nos países não-ocidentais). Só essa é que questionará de maneira radical o modo capitalista que rege o mundo europeizado ontem e norte-americanoizado hoje. A exploração de classe interna e as grandes desigualdades na ordem internacional são recíprocas de uma única situação.

No tocante às idéias literárias, Roberto Schwarz, em chamado texto dos anos 70 sobre Machado de Assis, "Intrusão fora do escravismo e favor, desconstroi a chamada originalidade brasileira, ou seja, o laço intradecido entre escravismo e favor, responsável em última instância, segundo os críticos marxistas, pelo encobrimento das relações de classe no Brasil. Opõe ele que a escravidão negra, apesar de ser a relação produtiva fundamental, não era o nexo efetivo da vida ideológica brasileira. Para se chegar ao ponto fulcral desta, era preciso enxergar a sociedade brasileira da época como um todo. A colonização do país, a partir do monopólio da terra, tinha produzido três classes de população: o latifundiário, o escravo e o homem livre. Conclui Schwarz: "Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão de seus sociais (os homens livres) que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, direto ou indireto, de um grande". Nesse sentido, se a escravidão negra desmente as ideias liberais no Brasil outocentista, de maneira mais insidiosa é o favor que as desmente, pois as desloca, e as desloca, originando um padrão particular.

O liberalismo em país escravocrata, afirma Schwarz, dizia que as ideias estavam duplamente fora do lugar: "a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também, mas lá correspondiam às aparências encobridor o essencial - a exploração do trabalho." Entre nós, as mesmas idéias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer original.

No contexto brasileiro, as ideologias armam uma comédia mais bem apreciada pelo modo irônico e pessimista do crítico, já que elas "não descrevem sequer fidedelmente a realidade, e não gravitam segundo uma lei que lhes seja própria". Por isso, as ideologias liberais seriam aqui consideradas como "de segundo grau". Como no caso da literatura russa, de que Schwarz se vale como exemplo para medir e compreender o talento crítico machadiano, "o progresso é uma desgraça e o atraso uma vergonha".

Esses dois últimos modelos de análise, inspirados, respectivamente pelas décadas de 20 e de 30, têm em comum uma nítida postura universalista, mas se distanciam

no modo como se fundamentam discipularmente (cultura versus economia, e vice-versa) e no modo como concebem o processo histórico (pluralismo versus sentido único, e vice-versa). Por essas diferenças é que se distingue tanto no peso dado à coisa nacional quanto na maneira de avaliá-la na busca de progresso político para os brasileiros, como também na análise do desenvolvimento político da humanidade.

Esses dois últimos modelos foram prevalectentes na teoria literária da segunda metade do século. Nisso atestam a permanência do ideário modernista, institucionalizado e transformado em cânone estético a partir das histórias da literatura escritas nos anos 50. Por outro lado, esses dois modelos tiveram os seus correspondentes nos países do chamado Terceiro Mundo. Ao contrário do que poderia supor uma cabeça com vocação autoritária, cada modelo a seu modo suplementa e reconforta o outro, dramatizando para os mais jovens as conquistas e os impasses de uma cultura que, por ser dependente, não deixa de almejar valores universais.

Questionados ambos os modelos, e os respectivos cânones que eles representam, estão sendo (e estão sendo) desmontados, as novas gerações, talvez não o modelo de fundamento econômico (e cânone correspondente) e talvez menos o de fundamento cultural (e cânone correspondente).

As razões são várias para a opção cultural por parte das novas gerações e podem se referir tanto ao colapso do comunismo soviético, simbolicamente representado pela derrubada do muro de Berlim, quanto pela repercussão e conquistas do multiculturalismo anglo-saxão; tanto pelo aperfeiçoamento e expansão da tecnologia que sustenta as grandes conquistas da informática, quanto pela consequente e rápida universalização do capitalismo periférico Mas antes de esses dois modelos serem questionados pelos mais jovens, eles próprios se questionam.

O modelo dos anos 20 teve de sofrer reparos consideráveis em virtude da ditadura militar, implantada por golpe em 1964. Como consequência da repressão policial e da censura política, o intelectual brasileiro que trabalha com a desconstrução do etnocentrismo perde o otimismo nacionalista dos primeiros modernistas, reveste-o de cores ceoacas, ao mesmo tempo em que fica mais sensível a questões que giram em torno do poder e da violência no processo histórico do país. Não é difícil não pactuar com uma sociedade nacional que escapa aos padrões mínimos de governabilidade justa. Ao ter o seu interesse pelo microcosmo em que sobrevive acentuado, ele passa a ser permeável à situação mais insensível das camadas populares, sempre discriminadas na sociedade brasileira e, por isso, facilmente passíveis de manipulação pelas forças populistas.

O modelo dos anos 30, por sua vez, perde a segurança e o apoio da força política universalizante que convenceu e arremetiu os seus tempos grandes conquistas e o campo social. Por seu turno, a reflexão teórica correspondente, pouco chegada aos exercícios de auto-crítica, insiste no modo "irônico" como descreve o "divórcio entre aspiração cultural e condições locais", ao mesmo tempo em que privilegia a produção artística engajada dos anos 60, na qual a imagem do Brasil moderno e industrializado se contrapunha à imagem do Brasil arcaico e tradicionalista.

Eis aí um "emblema pitoresco da identidade nacional", que "configura um desajuste extravagante, cheio de dimensões etimológicas, que expressa e simboliza, em certa medida o caráter pouco ortodoxo do esforço desenvolvimentista (no Brasil)", segundo palavras recentes de Roberto Schwarz.

As duras críticas que estão sendo feitas pelas novas gerações aos dois modelos culturais universalizantes vêm de tendências que, grosso modo, estariam sendo inspiradas por movimentos sociais de reação à presença hegemônica da cultura norte-americana no plano mundial e principalmente entre nós. Esses movimentos são antagonônicos e complementares no modo como reagem: por um lado, simpatia pela revolução da cultura norte-americana no Brasil, por outro lado, antipatia por essa forma de neocolonialismo. Na medida em que o atual governo nacional busca o diálogo democrático com as forças políticas de vanguarda, ele tem sido sensível às demandas de ambos os grupos. O território teórico desses novos ativistas em país de encontro circunscrito pelos campos universitários, mas a ação deles ganha peso em virtude do espaço conquistado na mídia pelas organizações da sociedade civil a que pertencem.

De um lado, como dissemos, temos movimentos sociais que expressam simpatia pelas conquistas políticas articuladas pelo multiculturalismo. Em contexto diferente ao da sociedade norte-americana, as ideias expressas pelos multiculturalistas anglo-saxões têm servido para articular movimentos de liberação social, política e econômica, ne cessariamente teorizados, cujo pressuposto básico se alicerça no modelo de liberdade e igualdade para todos ins pirado na luta pública pela cidadania, que tomou corpo na década passada por ocasião dos comícios em que o povo exigia as eleições diretas para a presidência da República para por fim à ditadura militar. A política dos multiculturalistas, corretamente chamada de busca de identidade cultural por parte de grupos minoritários, é em geral gerenciada por verbas concedidas por fundações estrangeiras e programas especiais da universidade brasileira e pelas ONGs, estas por sua vez com forte coloração religiosa. -Ela sustenta: 1) as reivindicações da população de origem africana e indígena em país de colonização européia 2) a emancipação feminina em sociedade patriarcal 3) os anseios das minorias sexuais, ou de outras minorias étnicas como os Judeus), pelos seus direitos civis e contra a discriminação 4) a batalha por uma vida digna para crianças (os chamados "meus filhos de rua") e adolescentes desamparados pela família, que sobrevivem, em condições de pobreza, miséria moral e violência nas cidades brasileiras.

Apesar de a política de identidade cultural ter surgido no Brasil como pequenos casulos que pipocam no próprio das grandes cidades, cada um dos movimentos inspirados por ela mantém, dentro da sua própria economia restrnta de atuação, alianças poderosas com grupos cosmopolitas semelhantes, em geral situados nos Estados Unidos e na Europa. Estamos diante de um fenômeno inédito na cultura brasileira: entre nós, grupos políticos setorizados tentamos mais e mais a buscar o cultural e financeiro em partidos com poder nacional, ou com poder restrito a esta ou aquela região do país. Como a meta da Política de identidade cultural é a obediência à Constituição brasileira no que ela exige de mudanças profundas no modo de conduzir as ações do Estado e no modo de se comportarem os cidadãos, objetivos por demais ambiciosos em país de tradição autoritária e de nacionalismos etnocêntricos, as alianças cosmopolitas se justificam plenamente e compõem um estimulante quadro político ao mesmo tempo cidadão e cosmopolita, bem diferente do quadro tradicional imposto pelas elites brancas e masculinas, também cosmopolitas, como vimos, mas à sua própria maneira. Do outro lado, antipatia política pelo processo de globalização da cultura pop norte-americana, ou inspirada por ela. A difusão desses novos produtos culturais se dá pela presença exclusiva da mídia eletrônica nos lares brasileiros. De acordo com estatísticas que pude consultar, se em 1988 os Estados Unidos tinham 154 milhões de domicílios com televisão, o Brasil era o quarto no ranking mundial com 28 milhões de domicílios, atrás apenas do Japão e do Reino Unido. Bons e velhos os tempos de Joaquim Nabuco, quando os jornais brasileiros sonhavam com um telégrafo para manter informados os seus leitores alfabetizados do que se passava pelo mundo. Hoje essa informação chega minuto a minuto e diretamente às residências de famílias alfabetizadas, ou não. São repudiadas por esses grupos ideológicos tanto a situação hegemônica dos produtos nacionais feitos nos estúdios da televisão globo e exporta dos com sucesso para todo o mundo, quanto a abertura indiscriminada do mercado brasileiro aos enlatados estrangeiros. Ultimamente, a televisão educativa, TVE, com baixíssimo percentual de telespectadores, tem sido praticada mente o único canal na mídia eletrônica que abre tempo e espaço para a difusão da "legítima" cultura popular brasileira.

Segundo esses novos ideólogos, o mesmíssimo globalizado e alienante, inculcado de maneira autoritária nas classes populares pela mídia eletrônica, distancia o brasileiro do Brasil. A aversão a ele articula movimentos sociais que se entrincheiram mais e mais na conservação e preservação das tradições regionais. Ao contrário dos anos 30, quando os estados mais miseráveis da Nação eram trazidos à luz pelos artistas e cientistas sociais para melhor se caracterizar não só o atraso do país no concerto das nações desenvolvidas, mas também o descaso do governo central pelas vastas e populosas regiões tomadas pela seca e controladas pelo servilismo mral - daí a noção chave de subdesenvolvimento, que, por sua vez, está na base de toda política modernizante.

Neste momento penam o ódio racial nos países desenvolvidos, e em que as nações periféricas dão como prioridade absoluta a privatização das instituições nacionais (conhecidas entre nós como estatais) pela abertura ao capital estrangeiro predatório, as duas tendências reativas chegam a partilhar caminho comum, na medida em que ambas, pela fragmentação radical do poder do Estado brasileiro, tanto rejeitam como misificadoras as teorias tradicionais da identidade nacional, quanto rechaçam como alienantes e contraditoriamente atrasadas as teorias da globalização dominantes no momento.